

**DETERMINANTES NA DECISÃO DE UMA AUDITORIA EXTERNA A INFORMAÇÃO
EXTRAFINANCEIRA – O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE**

Maria de Fátima Ramos de Araújo

Doutora em Ciências Económicas e Empresariais – Economia Financeira e
Contabilidade

Área científica: Responsabilidade Social Corporativa

Palavras-chave: Auditoria; Relatórios de Sustentabilidade

DETERMINANTES NA DECISÃO DE UMA AUDITORIA EXTERNA A INFORMAÇÃO EXTRAFINANCEIRA – O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

RESUMO

As empresas divulgam voluntariamente as suas ações socioambientais, utilizando diversos instrumentos, entre aos quais, o relatório de sustentabilidade, que poderá ser submetido a uma auditoria externa de forma a credibilizar essa informação.

Aferiu-se que a verificação é realizada sem interferência significativa de características da empresa, tais como o tamanho, a rentabilidade, o endividamento, a concentração de capital, o setor de atividade ou a presença de um auditor externo que integra ou não as BIG4.

1. INTRODUÇÃO

As degradações sociais e ambientais, que o mundo conheceu nas últimas décadas, levaram à sensibilização do tema sobre a Responsabilidade Social da Empresa (RSE). Tornou-se premente a necessidade de incluir na gestão da empresa, para além da oferta dos lucros, a integração de um meio ambiente sociopolítico nas suas ações estratégicas e de gerir as suas responsabilidades éticas e filantrópicas do mesmo modo que a gestão das suas atividades económicas, isto é, de forma a responder às pressões, tanto externas como internas, e a melhorar a imagem da empresa junto dos seus diversos *stakeholders*.

Conscientes da importância desta emergência, da sustentabilidade em sentido lato, são várias as empresas que consideraram necessário o seu comprometimento numa ação de RSE. Uma das dimensões deste comprometimento é a divulgação da informação da RSE da mesma maneira que a informação contabilística e financeira, defendendo deste modo a sua reputação na qualidade de empresas cidadãs e prestando contas junto dos seus diversos *stakeholders* das suas atividades, assim como dos seus impactos sobre a sociedade e o seu meio ambiente.

Os estudos efetuados nos últimos anos constatarem efetivamente um aumento da preocupação e interesse público com a responsabilidade social empresarial, gerando uma necessidade crescente de uma maior divulgação de informação por parte das empresas, com reflexos no relato empresarial, tornando a informação voluntária inevitável (Depoers, 2000; Oxibar, 2003; Damak-Ayadi, 2004; Barros, 2008; Branco e

Rodrigues, 2008; Amorim, 2010; Domingos, 2010; Matos e Góis, 2013; Chan *et al.*, 2013; Rahma e Anis, 2014).

Na sequência da divulgação voluntária de informações sobre a RSE, em relatórios de sustentabilidade autónomos, anexados ou integrados nos relatórios de gestão, emerge a necessidade da sua verificação também voluntária. Uma auditoria a estas informações, por um lado, declara uma vontade por parte das empresas em melhorarem a credibilidade e transparência, por outro lado, submetidas a diversas pressões, as empresas que adotam a verificação são instigadas por uma procura de legitimidade, com a finalidade de garantir aos *stakeholders* uma confiança e uma fiabilidade nas informações divulgadas.

São utilizados diversos tipos de abordagem para implementar um processo externo de garantia de fiabilidade, incluindo a utilização de profissionais do ramo, painéis constituídos pelas várias partes interessadas e outros grupos ou indivíduos não pertencentes à organização. Porém, independentemente da abordagem específica, a garantia de fiabilidade deverá ser realizada por grupos ou indivíduos não pertencentes à organização. Estas ações podem implicar o recurso a grupos ou indivíduos que seguem normas para efetuar a garantia de fiabilidade, ou implicar abordagens que seguem processos sistemáticos, documentados e comprovados mas que não são regidos por uma norma específica.

Uns estudos sobre a verificação destas informações descrevem o processo e as tendências destas práticas (Deegan, 2002; O'Dwyer e Owen, 2005), outros analisam o nível (Sheldon, 2016) e o tipo de auditor que realiza esta tarefa (Simnett *et al.*, 2009), outros também concluem que a legitimidade desempenha um papel importante e sugerem a necessidade de complementar o relato voluntário com requisitos obrigatórios em combinação com mecanismos de aplicação fortes para que as empresas se tornem mais responsáveis (Braam *et al.*, 2016). Outros autores investigam os motivos que influenciam a decisão da empresa em recorrer a uma verificação da sua informação sobre a RSE (Simnett *et al.*, 2009; Herda e Taylor, 2009; Kolk e Perego, 2010; Sierra-García *et al.*, 2014; Lock e Seele, 2016).

Sendo estas práticas voluntárias, é de todo o interesse examinar a influência de determinantes na decisão de uma auditoria externa dessa informação.

2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O objetivo deste trabalho é o de evidenciar fatores explicativos que poderão influenciar as empresas a efetuar uma auditoria externa para o reconhecimento das

suas informações sobre RSE. Consideramos as empresas portuguesas cotadas na *Euronext Lisbon* que publicaram relatórios de sustentabilidade nos anos de 2010 e 2011.

As variáveis independentes representam a causa cujo efeito é medido na variável dependente. Assim, pretende-se preestabelecer uma variável dependente, a verificação do relatório de sustentabilidade, a partir de resultados sobre as outras variáveis chamadas preestabelecidas, regressivas ou ainda variáveis independentes: tamanho da empresa, concentração de capital, tipo de setor, endividamento, rentabilidade e auditor externo.

Os métodos estatísticos a utilizar para testar as relações entre as variáveis estão relacionados com os tipos de dados a tratar. A variável que iremos explicar corresponde à existência ou não de uma verificação da informação sobre RSE, publicada no relatório de sustentabilidade. Essa variável dependente é determinada a partir de uma variável dicotómica, que assume o valor 1 se a empresa optar pela verificação do relatório de sustentabilidade, num dos anos do período em análise, e 0 no caso contrário. A variável será designada por VERIF.

Quanto às variáveis explicativas, são de natureza métrica (variáveis quantitativas) e dicotómica (variáveis qualitativas).

2.1. Formulação de hipóteses

H1 - *O tamanho da empresa influencia a decisão de realizar uma verificação externa do relatório de sustentabilidade.*

Existem na literatura argumentos teóricos relativos à existência de uma relação entre a divulgação de informação financeira, a sua verificação e o tamanho das empresas (Chow, 1982).

Num contexto extrafinanceiro, as grandes empresas, a fim de defenderem a sua credibilidade, têm todo o interesse em serem transparentes. Assim, de um modo geral, o tamanho, fonte de visibilidade, incita as empresas a exporem as suas práticas de RSE e assegurarem a garantia da informação divulgada (Simnett *et al.*, 2009; García-Benau *et al.*, 2012; Sierra-García *et al.*, 2014; Lock e Seele, 2016).

Kolk e Perego (2010) analisaram a relação entre o tamanho das empresas e a procura de uma certificação socioambiental, através da contabilidade ambiental e da auditoria externa. Porém, nos seus estudos, não encontraram uma associação significativa.

H2 - Existe uma relação positiva entre uma menor concentração do capital e a verificação externa do relatório de sustentabilidade.

Existem conflitos de interesses entre os acionistas e os administradores devido à separação das funções de propriedade de gestão. A importância de tais conflitos é portanto determinada pela estrutura dos acionistas.

Uma maior dispersão do capital, acarretando uma maior separação entre a propriedade e a gestão, leva a um pedido acrescido em termos de transparência por parte dos administradores e dos acionistas (Gillet e Martinez, 2010).

Quanto mais o capital da empresa for disperso, mais se multiplicam as expectativas dos acionistas que exigem mais informações e garantias relativamente à fiabilidade destas informações.

Chau e Gray (2002) põem em relevo a influência positiva da dispersão do capital sobre a vontade de transparência por parte das empresas.

De acordo com esta lógica, quando o capital está disperso, os dirigentes são levados a mandar certificar as informações publicadas, nomeadamente, as informações sobre a RSE. Pelo contrário, numa empresa cujo capital está concentrado nas mãos de um pequeno número de acionistas maioritários, o pedido em termos de fiabilidade das informações será menos importante. Neste caso, a empresa poderá abster-se de recorrer à verificação externa.

H3 – O tipo de setor influencia a decisão da empresa realizar uma verificação externa do relatório de sustentabilidade.

O tipo de setor parece ser um fator importante na adoção de práticas de RSE no seio das empresas e também na decisão de recorrer a uma verificação dessas práticas. Há autores que pretendem que as empresas, pertencendo a setores com um impacto socioambiental muito elevado, estão mais expostas aos riscos socioambientais e terão maior necessidade, para gerir esses riscos, de instalar uma verificação socioambiental, isto a fim de aumentar a confiança dos *stakeholders* e a credibilidade da informação RSE divulgada (Rivière-Giordano, 2007; Simnett *et al.*, 2009; Kolk e Perego, 2010; Faisal *et al.*, 2012).

Neste sentido Kolk e Perego (2010), citam os setores do petróleo e gás, dos produtos químicos, dos serviços às coletividades, da indústria e o setor financeiro, como sendo os mais expostos aos riscos ambientais e sociais. Estes autores preveem que o aumento da procura da responsabilização e de informação credível por parte dos grupos

intervenientes nestes setores, é um fator que influencia positivamente a procura de uma informação RSE auditada por terceiros.

Também García-Benau *et al.* (2012) e Lock e Seele (2016) estudaram a relação entre a verificação e o setor de atividade no contexto europeu e Sierra-García *et al.* (2014) no contexto latino-americano. Similarmente, na sua investigação Vaz *et al.* (2012) consideraram estas variáveis.

Efetivamente, de acordo com o setor de atividade, no qual operam as empresas, a necessidade de melhorar a credibilidade da informação RSE divulgada, aumenta e pode, portanto, influenciar na decisão de reconhecer essa informação. (Simnett *et al.*, 2009).

H4 – *O nível de endividamento influencia positivamente a decisão da empresa realizar uma verificação externa do relatório de sustentabilidade.*

O nível de endividamento das empresas pode ser um fator que influencia a decisão da empresa em optar por uma verificação da informação RSE. Alguns autores, estudando o nível de endividamento e as práticas de RSE, mostram a importância da preocupação com as expectativas dos *stakeholders*, sobretudo dos que detêm recursos úteis à empresa (Abdel-Khalik, 1993; Oxibar, 2003). Efetivamente, os *stakeholders* credores, controlam os recursos financeiros dos quais a empresa pode ter necessidade para prosseguir as suas atividades.

No âmbito de uma auditoria externa voluntária, Abdel-Khalik (1993) sugere que os administradores peçam um reconhecimento externo de modo a se adequarem às exigências impostas pelos credores.

Os debates teóricos relativos à associação entre o nível de endividamento das empresas e o pedido de auditoria externa, têm tendência em favorecer uma associação positiva (Chow, 1982; Carey *et al.*, 2000).

H5 – *A rentabilidade influencia positivamente a decisão da empresa realizar uma verificação externa do relatório de sustentabilidade.*

O nível de rentabilidade pode influenciar a empresa na opção por uma verificação das suas informações RSE. O recurso a esta atividade tem custos relacionados com a divulgação desta informação e com a verificação propriamente dita (Simnett *et al.*, 2009; Kolk e Perego, 2010).

Assim, relativamente à opção por uma auditoria externa das informações RSE é de presumir que as empresas com uma *performance* financeira elevada poderão

suportar os custos imediatos ou futuros induzidos por uma verificação e a probabilidade de instalarem essa mesma auditoria será, nesse caso, maior.

H6 – *A decisão por uma auditoria externa do relatório de sustentabilidade está positivamente relacionada com o facto de o auditor pertencer a uma BIG4.*

Contrariamente ao que acontece com a auditoria financeira, não existe um monopólio relativamente à certificação do relatório de sustentabilidade. No entanto, a revisoria contabilística tem alargado as suas competências e os Revisores Oficiais de Contas têm realizado este tipo de trabalho (Gomes, 2012).

Deste modo, as empresas adotam práticas de verificação para responderem às pressões vindas da área contabilística e da auditoria. Os auditores financeiros têm propensão para incitar as empresas, que eles auditam, a realizarem igualmente uma verificação às informações sobre a RSE. A intervenção destes profissionais permite às empresas realizarem também um controlo sobre essa informação, a fim de manterem a sua reputação e de garantirem a fiabilidade da informação divulgada.

Alguns autores analisaram a variável “auditoria” em contextos diferentes. A qualidade da missão de verificação é assim apreendida pela reputação dos auditores (Klein e Leffler, 1981; Ahmad *et al.*, 2003) e pelo tamanho do gabinete de auditoria (De Angelo, 1981).

Este mercado não estando regulamentado, os auditores podem pertencer ou não, aos gabinetes de auditoria internacional. No entanto, estes possuem auditores especializados neste domínio e com as competências necessárias para este tipo de trabalho e incitam as empresas a prestar este tipo de serviços.

No contexto de verificação voluntária, Hasan *et al.* (2005) evidenciaram que o facto de o auditor pertencer a um dos gabinetes dos BIG tinha uma incidência sobre a decisão da adoção de uma auditoria externa voluntária e mais precisamente sobre a escolha do nível de segurança fornecido.

2.2. Operacionalização das variáveis

A variável a explicar (VERIF) é a verificação voluntária, através de uma auditoria externa, do relatório de sustentabilidade, que assume o valor 1 quando a empresa recorre à verificação e 0 caso contrário.

A operacionalização das variáveis explicativas para cada uma das hipóteses formuladas é a seguinte:

Variáveis explicativas da verificação do relatório de sustentabilidade

Hx	Variável	Formulação da hipótese	Definição operacional da hipótese
H1	Tamanho da empresa (TAM)	O tamanho da empresa influencia a decisão de realizar uma verificação externa do relatório de sustentabilidade.	Total do ativo divulgado no balanço.
H2	Concentração de capital (CAP)	Existe uma relação positiva entre uma menor concentração do capital e a verificação externa do relatório de sustentabilidade.	Variável dicotómica que assume o valor de 1 quando um investidor ou um grupo aparentado de investidores possui 20% ou mais dos títulos de uma empresa e 0 nos outros casos.
H3	Tipo de setor (SET)	O tipo de setor influencia a decisão da empresa realizar uma verificação externa do relatório de sustentabilidade.	Variável dicotómica que assume 1 se a empresa pertencer ao setor A (petróleo e gás, materiais de base, industrial, bens de consumo); 0 se a empresa pertencer ao setor B (serviços aos consumidores, telecomunicações, serviços públicos, financeiro e tecnologia).
H4	Endividamento (END)	O nível de endividamento influencia positivamente a decisão da empresa realizar uma verificação externa do relatório de sustentabilidade.	Passivo total/ativo total.
H5	Rentabilidade (RENT)	A rentabilidade influencia positivamente a decisão da empresa realizar uma verificação externa do relatório de sustentabilidade.	Resultado líquido/ ativo total.
H6	Auditor externo (AUD)	A decisão por uma auditoria externa do relatório de sustentabilidade está positivamente relacionada com o facto de o auditor pertencer a uma BIG4.	Variável dicotómica que assume 1 para auditor BIG4 (Deloitte, Ernst & Young, KPMG e PWC) e 0 para os demais casos.

Fonte: elaboração própria

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

3.1. Análise univariada - estatísticas descritivas das variáveis

Aferimos que a maioria das empresas (58,3%) que divulga a RSE num relatório, recorre a uma verificação externa, e voluntária dessa informação e consequentemente as restantes (41,7%) não procedem a uma certificação por terceira entidade.

Empresas que verificam o relatório de sustentabilidade

Frequência	
(VERIF=1)	(Não VERIF=0)
58,3%	41,7%

Fonte: Elaboração própria

Os nossos estudos vão no sentido das observações efetuadas em Portugal pela KPMG (2011) para as 100 maiores empresas, ao demonstrar que 65%, verificam os seus relatórios de sustentabilidade e que Portugal segue a tendência mundial, situando-se em décimo lugar e ocupando a sétima posição a nível europeu.

As empresas, atentas às expectativas dos *stakeholders*, definem estratégias de gestão ajustadas à sustentabilidade e contribuem para o aumento de relatórios, que com o tempo, o número de relatórios verificados externamente também tem vindo a aumentar, o que mostra a importância da publicação de uma informação avaliada ou garantida de alguma forma, perante as partes interessadas (Vaz *et al.*, 2012).

Observamos também, que essa tarefa é realizada pelo auditor financeiro que procede à certificação legal de contas. Também Sierra *et al.* (2013) observaram que as grandes empresas de contabilidade estão dominando o mercado em vez de empresas de meio ambiente ou consultores de engenharia e que as BIG4 asseguram a quota de mercado na verificação do RS.

Relativamente às variáveis explicativas, os resultados obtidos, para as principais características da nossa amostra, encontram-se descritos na tabela seguinte:

Estadísticas descritivas das variáveis

Variáveis		Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão	
Independentes	Contínuas	END	0,73	0,77	0,02	0,95	0,21
		RENT	0,02	0,02	-0,08	0,16	0,05
		TAM	1,4497x10 ¹⁰	3,4331x10 ¹⁰	2,30x10 ⁸	9,60x10 ¹⁰	2,57812x10 ¹⁰
	Frequência						
	Dicotómicas			0		1	
		CAP	0,21 (21%)		0,79 (79%)		
		SET	0,54 (54%)		0,46 (46%)		
AUD		0,29 (29%)		0,71 (71%)			

Fonte: Elaboração própria

No que concerne às variáveis endividamento (END) e rentabilidade (RENT), o desvio-padrão é de 0,21 e de 0,05, respetivamente. Isto significa que os dados estão mais concentrados e próximos da média. O tamanho (TAM), medido através do valor do

ativo da empresa, apresenta um intervalo de amplitude total elevado, cerca de $9,577 \times 10^{10}$.

Relativamente às variáveis dicotômicas, verificamos que em 79% das empresas o seu capital é detido por investidores que possuem 20% ou mais, dos títulos da empresa (CAP). Através da variável SET, constatamos que 46% das empresas pertencem aos setores de petróleo e gás, materiais de base, industrial e bens de consumo e quanto à variável AUD, 71% das empresas efetuam a certificação legal das suas contas através de um auditor externo pertencente a BIG4.

3.2. Análise bivariada entre as variáveis

Para averiguar a existência, ou não, de correlação entre as variáveis, efetuamos o cálculo do coeficiente de correlação de *Spearman* para cada par de variáveis.

Matriz de correlação de *Spearman*

	VERIF	TAM	END	RENT	CAP	SET	AUD
VERIF	1	0,562** 0,004	-0,012 0,955	0,317 0,131	-0,017 0,936	-0,240 0,258	-0,170 0,426
TAM		1	0,462* 0,023	0,046 0,831	-0,230 0,280	-0,489* 0,015	-0,060 0,782
END			1	-0,450* 0,028	-0,497* 0,014	-0,236 0,268	-0,046 0,830
RENT				1	0,052 0,810	-0,042 0,844	0,007 0,976
CAP					1	0,266 0,209	0,348 0,096
SET						1	-0,146 0,497
AUD							1

Legenda: *Nível de significância de 0,05 (5%); **Nível de significância de 0,01 (1%)

Fonte: Elaboração própria

De um modo geral, as correlações são fracas, isto é, as variáveis não estão significativamente relacionadas entre si. Todavia, é de salientar que, entre as variáveis VERIF e TAM, TAM e END, TAM e SET, END e RENT, END e CAP, as correlações apresentam valores, embora não muito elevados, mas significativos. No primeiro par de variáveis, o valor de $r=0,562$ e $p=0,004$, o que se traduz numa correlação positiva forte e significativa ao nível de 1%. No segundo caso, temos $r=0,462$ e $p=0,023$, ou seja, trata-se aqui de uma correlação moderada e significativa ao nível de 5%. No terceiro caso, temos $r=-0,489$ e $p=0,015$, o que representa também numa correlação moderada,

ao nível de significância de 5%. Já na correlação entre END e RENT, os valores encontrados são de $r=-0,450$ e $p=0,028$. Quanto ao último par de variáveis, temos $r=-0,497$ e $p=0,014$, sendo que estes dois últimos casos também anunciam correlações moderadas ao nível de significância de 5%. Deste modo, à medida que o endividamento aumenta, a rentabilidade diminui e a concentração de capital também.

Os nossos resultados vão ao encontro dos de Sierra-García *et al.* (2014) no que diz respeito ao tamanho que acharam evidência empírica, significativa para explicar a certificação do relatório de RSE. Porém, também detetaram que a variável setor de atividade sensível é significativa sobre a decisão de se verificar a informação sobre RSE, num relatório.

3.3. Análise multivariada - regressão logística

No contexto da regressão logística, o interesse incide no estudo da probabilidade de ocorrência “sucesso” da variável, da variável dependente e não em estimar o evento “sucesso” ou “insucesso”. São dois os modelos utilizados na estimação desta probabilidade, *Logit* e *Probit*. No primeiro, a função usada para se estimar a probabilidade de ocorrência de uma realização j da variável dependente é dada por:

$$\hat{\pi}_j = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 X_{1j} + \dots + \beta_p X_{pj}}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 X_{1j} + \dots + \beta_p X_{pj}}}$$

A mesma pode ser escrita da forma:

$$\hat{\pi} = \frac{e^{X\beta}}{1 + e^{X\beta}}$$

Sendo $\hat{\pi}$ um vetor contendo as probabilidades estimadas, X a matriz das variáveis independentes e β o vetor dos coeficientes da regressão logística. Segundo Marôco (2011) este modelo pode ser ajustado com recurso à regressão não-linear, isto é, a solução passa por linearizar a função com a transformação *Logit* (π):

$$\text{Logit}(\pi) = \text{Ln}\left(\frac{\hat{\pi}}{1 - \hat{\pi}}\right)$$

No caso do modelo *Probit* é utilizada a distribuição normal para modelar a relação entre a variável dependente e as independentes. A função de ligação é dada por:

$$\Phi(z) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{\alpha + \beta x} \exp\left(-\frac{1}{2}z^2\right) dz$$

E o modelo ajustado é definido por:

$$\Phi^{-1}(\eta) = \beta_0 + \beta_1 X + \varepsilon$$

Em particular, o *Probit* é bastante utilizado em modelos explicativos, nos quais é possível assumir que a variável latente possui uma distribuição normal.

3.4. Avaliação do modelo

Inicialmente, poder-se-ia pensar num modelo, designado por modelo *Nulo*, no qual apenas fosse incluída a constante. Na tabela que a seguir se apresenta está registada a estatística -2LL (-2 Log Likelihood) que nos permite avaliar a mediocridade do ajustamento do modelo aos dados. Quanto maior for o seu valor, pior é o ajustamento.

Métodos *Logit* e *Probit*: Modelo nulo e final

Method	Models	-2 Log Likelihood	Chi-Square	df	Sig.
Logit	Intercept Only	32,601			
	Final	18,138	14,463	6	0,025
Probit	Intercept Only	32,601			
	Final	17,975	14,626	6	0,023

Fonte: Elaboração própria

Pela análise da tabela supra, verificamos que os modelos finais apresentam menores valores que os modelos nulos. Ou seja, o modelo é melhor quando se considera pelo menos uma variável independente, pois, no modelo nulo, teríamos -2LL=32,601 e no modelo final, com 6 graus de liberdade (df=6), isto é, com 6 variáveis independentes, o valor de -2LL é 18,138 e 17,975 para os métodos *Logit* e *Probit*, respetivamente, e estatisticamente significativos ($p=0,025 < 0,05$ e $p=0,023 < 0,05$).

O valor de Qui-quadrado é obtido pela diferença entre -2LL no modelo nulo e no modelo final, e quanto maior for este valor, melhor será o modelo final. No nosso caso, obtivemos 14,463 e 14,626, respetivamente, o que comprova a melhoria do modelo final em relação ao modelo nulo.

Na tabela - Métodos *Logit* e *Probit*: *Goodness-of-Fit* estão apresentados os resultados dos testes *Pearson* e *Deviance* à qualidade do ajuste do modelo. São testadas as hipóteses:

$$H_0 : \text{O modelo é ajustado aos dados} \quad \text{vs} \quad H_1 : \text{O modelo não é ajustado aos dados}$$

Métodos *Logit* e *Probit*: *Goodness-of-Fit*

Method	Tests	Chi-Square	df	Sig.
Logit	Pearson	16,848	17	0,465
	Deviance	18,138	17	0,380
Probit	Pearson	16,075	17	0,519
	Deviance	17,975	17	0,390

Fonte: Elaboração própria

Note-se que, em ambos os testes, obtivemos *p-values* superiores aos níveis de significância habituais, $\alpha \in \{0,001;0,01;0,05;0,1\}$. Desta forma, não rejeitamos a hipótese nula, isto é, o modelo é ajustado aos dados.

A tabela “*Pseudo R-Square*” apresenta os resultados das estatísticas *Pseudo-R²* mais frequentes na regressão logística. São *Cox and Snell*, *Nagelkerke* e *McFadden* que, à semelhança do valor de *R²* na regressão linear, quanto mais próximos de 1 tanto melhor.

Métodos *Logit* e *Probit*: *Pseudo-R²*

Method	Pseudo – R ²	
Logit	Cox and Snell	0,453
	Nagelkerke	0,609
	McFadden	0,444
Probit	Cox and Snell	0,456
	Nagelkerke	0,614
	McFadden	0,449

Fonte: Elaboração própria

Se repararmos, com exceção de *Nagelkerke*, os valores são moderados e relativamente baixos, em ambos os métodos e muito semelhantes. O que significa, desde já, uma influência reduzida das variáveis independentes sobre a verificação do relatório de sustentabilidade.

De seguida mostra-se uma tabela referente às estimativas dos parâmetros onde se apresentam as estimativas dos *Thresholds* (α_k) associados e dos coeficientes de regressão associados a cada variável independente, os seus erros-padrão, a estatística de *Wald*, o *p-value* do teste e os intervalos de confiança respetivos.

Estimativas de parâmetros

		Estimate	Std. Error	Wald	df	Sig.	95% Confidence Interval		
							Lower Bound	Upper Bound	
Logit	Threshold	[VERIF=0]	1,183	2,233	0,281	1	0,596	-3,193	5,559
	Location	END	-0,544	2,945	0,034	1	0,853	-6,317	5,228
		TAM	1,136E-10	8,441E-11	1,811	1	0,178	-5,186E-11	2,790E-10
		RENT	37,125	20,703	3,216	1	0,073	-3,452	77,701
		[SET=0]	0,220	1,351	0,027	1	0,871	-2,427	2,867
		[SET=1]	0 ^a	,	,	0	,	,	,
		[AUD=0]	2,862	2,245	1,626	1	0,202	-1,538	7,262
		[AUD=1]	0 ^a	,	,	0	,	,	,
		[CAP=0]	-4,040	3,468	1,357	1	0,244	-10,836	2,756
		[CAP=1]	0 ^a	,	,	0	,	,	,
Probit	Threshold	[VERIF=0]	0,744	1,298	0,329	1	0,566	-1,799	3,287
	Location	END	-0,264	1,716	0,024	1	0,878	-3,628	3,100
		TAM	6,810E-11	4,784E-11	2,026	1	0,155	-2,567E-11	1,619E-10
		RENT	21,481	11,288	3,622	1	0,057	-0,642	43,605
		[SET=0]	0,095	0,798	0,014	1	0,905	-1,469	1,659
		[SET=1]	0 ^a	,	,	0	,	,	,
		[AUD=0]	1,693	1,227	1,904	1	0,168	-0,712	4,098
		[AUD=1]	0 ^a	,	,	0	,	,	,
		[CAP=0]	-2,386	1,854	1,657	1	0,198	-6,020	1,247
		[CAP=1]	0 ^a	,	,	0	,	,	,

a. This parameter is set to zero because it is redundant.

Fonte: Elaboração própria

Note-se, desde já, que dado que a variável dependente VERIF apresenta duas classes, o modelo apresentará 1 *threshold* ($2-1=1$, em que 2 é o número de ordens de VERIF, recorde-se 0 ou 1). E refira-se, que estes só têm interesse para o cálculo de probabilidades. As estimativas dos coeficientes de regressão, esses sim, são úteis para percebermos a significância das variáveis independentes sobre as probabilidades das classes da variável dependente.

Atendendo à dimensão da amostra¹, apresentamos o modelo obtido pelo método *Logit*, podendo então ser apresentado, em termos de probabilidade não linear acumulada, da seguinte forma:

$$P[Y \leq k] = \frac{1}{1 + e^{-(1,183 - 0,544\text{END} + 1,136 \cdot 10^{10}\text{TAM} + 37,125\text{RENT} + 0,22\text{SET}[0] + 2,862\text{AUD}[0] - 4,04\text{CAP}[0])}}$$

O último passo da regressão logística é a avaliação da qualidade do modelo. Pela tabela de contingências, que a seguir se apresenta, estabelece-se uma relação entre as classes observadas e as previstas para a variável dependente, ou seja, a verificação do relatório de sustentabilidade.

Resultados previstos *versus* resultados reais

			Predicted Response Category		Total
			,00	1,00	
VERIF	,00	Count	7	3	10
		% within VERIF	70,0%	30,0%	100,0%
	1,00	Count	2	12	14
		% within VERIF	14,3%	85,7%	100,0%
Total		Count	9	15	24
		% within VERIF	37,5%	62,5%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Desde logo, observamos que estão previstas as duas classes iniciais da variável dependente, “Verifica” ou “Não verifica”. O nosso modelo prediz 70% da classe “Não verifica” (0) e 85,7% da classe “Verifica” (1). Assim, este classifica corretamente 79,2% dos casos enquanto a percentagem de classificação correta proporcional, por acaso, é de 58,7%. Portanto, o nosso modelo é comparativamente melhor do que a classificação por acaso. Aceita-se o modelo proposto.

Relativamente aos resultados encontrados, refletem uma débil influência das características da empresa, analisadas, sobre a verificação externa dos seus relatórios que dão a conhecer a sustentabilidade. Assim, constatamos e corroboramos que as nossas variáveis num contexto multivariado, têm uma influência reduzida sobre tal prática. De um modo geral, os nossos resultados vão ao encontro dos percecionados por Kolk e Perego (2010) que também não encontraram uma preponderância significativa entre a verificação e o tamanho da empresa. Também Gomes (2012)

¹ Freitas (2013), visando verificar a robustez das funções de ligação *logit* e *probit*, diante da variação do tamanho da amostra, concluiu, devido a uma maior taxa de convergência, o uso da função *logit* para tamanhos inferiores a 20. Para maiores tamanhos de amostras, utilizando as demais medidas de desempenho, tanto o *logit* como o *probit* mostraram-se semelhantes.

confirma que os motivos que levam uma empresa a recorrer à verificação do seu relatório de sustentabilidade não está relacionado com o setor da atividade a que pertence, nem com o facto de ter uma grande dimensão ou de ser uma empresa cotada. A procura de verificação externa, é uma prática casual.

De referir que o nosso estudo incide sobre empresas cotadas, de grande dimensão, com base num forte conteúdo normativo. E que todas elas, qualquer que seja o setor, não só devem estar atentas aos seus acionistas, mas a todas as categorias de partes interessadas com as quais se relaciona. Trata-se de empresas com forte visibilidade e sujeitas a uma forte pressão da opinião pública.

Ouros estudos, que se debruçaram sobre uma amostra mais ampla e heterogénea, apuram uma influência destes fatores sobre a verificação. Os autores (Simnett *et al.*, 2009; García-Benau *et al.*, 2012; Sierra-García *et al.*, 2014) aferem uma maior probabilidade de que as empresas de maior tamanho credibilizam externamente os seus relatórios de sustentabilidade porque são mais visíveis perante a sociedade e dispõem de mais recursos financeiros.

García-Benau *et al.* (2012) observaram, aliás, um aspeto que resulta de extrema importância e atestam que a decisão de a empresa verificar o relatório de sustentabilidade, depende também do sistema contabilístico do país.

Quanto ao setor de atividade, Sierra-García *et al.* (2014) concluem que as empresas que mais verificam, pertencem aos setores de serviços financeiros, tecnologia e telecomunicações, petróleo e energia, reconhecendo uma maior sensibilidade deste tipo de empresas para mostrar aos seus *stakeholders* um envolvimento com o meio ambiente. Também outros autores (Simnett *et al.*, 2009; Kolk e Perego, 2010; Faisal *et al.*, 2012) concluíram que o setor de atividade influencia o nível de verificação dado que a empresa pretende aumentar a sua credibilidade.

Já no que concerne à rentabilidade, Simnett *et al.* (2009), Kolk e Perego (2010) comprovam que as empresas com maior rentabilidade são mais propícias a difundir informação sobre sustentabilidade credibilizada, dado que a credibilização é um processo dispendioso. Por seu lado, estes autores, não encontraram nenhuma associação entre o endividamento e a verificação socioambiental.

4. CONCLUSÕES

As empresas divulgam as informações sociais e ambientais num relatório de sustentabilidade, de forma a reduzir a assimetria da informação.

No entanto, a credibilidade dessa informação, não é garantida *a priori*. Elas procuram uma verificação externa desse relatório, de forma a garantir aos *stakeholders* confiança, fiabilidade e reconhecimento da informação sobre RSE. Esta iniciativa, voluntária, denota uma vontade de transparência, por parte daquelas.

No nosso estudo, constatamos que 58,3% das empresas portuguesas cotadas na bolsa de valores de Lisboa que publicam um relatório sobre aspetos sociais e ambientais, aderiu à verificação externa desse relatório, e que essa ação é realizada pelo auditor financeiro que procede à certificação legal das suas contas.

Os resultados obtidos indicam também, que as características apontadas (tamanho, endividamento, rentabilidade, concentração de capital, setor de atividade e tipo de auditor) têm uma influência reduzida, num contexto multivariado, sobre o facto de a empresa verificar o relatório de sustentabilidade.

5. LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS

As informações sobre aspetos sociais e ambientais devem ser publicadas dado que afetam o desempenho ou a condição financeira da empresa. Mas se por um lado, o relatório de sustentabilidade é criticado por criar uma imagem “verde” da empresa, recorrendo-se portanto à verificação para aferir a sua credibilidade, por outro lado, o relatório financeiro manifesta lacunas em matéria de RSE. Através da iniciativa internacional para relatórios integrados, organizada pela *International Integrated Reporting Council*, o conceito de relato integrado, é que ele mostra as interdependências entre a informação relevante da estratégia da organização, o modelo de negócio, o contexto em que a empresa atua, o desempenho histórico e informação que permite aos utilizadores melhor compreensão das pressões associadas à obtenção de medidas de desempenho e sustentabilidade do negócio, tanto numa perspetiva de curto, como também de médio e longo prazo (IIRC, 2013).

Trata-se de um relatório único que tem por objetivo integrar as demonstrações financeiras e os demais relatórios de âmbito social e ambiental. Ao comunicar em apenas um documento os resultados financeiros, sociais e ambientais, de maneira estruturada e transparente, impõe-se o cumprimento dos requisitos de divulgação e verificação de tal relatório, à semelhança do relato financeiro.

Neste sentido,

- se as novas abordagens de relato tentam colmatar as deficiências da atual estrutura conceptual do sistema contabilístico;

- se as novas exigências fazem com que as empresas passem a apresentar a sua informação sobre RSE com base em princípios e critérios;
- se se pretende desta informação comparabilidade e fiabilidade à semelhança da informação financeira;
- se o reforço da credibilidade da informação é consequência da aplicação de regulamentos,

Então somos levados a refletir: “Auditoria externa da informação sobre Responsabilidade Social da Empresa, voluntária, até quando?”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDEL-KHALIK, A. R. (1993): “Why do private companies demand an audit? A case for organizational loss of control”, *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 8(1), pp. 31-52.

AHMAD, Z.; HASSAN, S.; MOHAMMAD, J. (2003): “Determinants of environmental reporting in Malaysia”, *International Journal of Business Studies*, 11 (1), pp. 69-90.

AMORIM, V. L. (2010): *Estudo da divulgação de informação sobre responsabilidade social empresarial*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.

BARROS, T. M. (2008): *A divulgação de informação sobre responsabilidade social nas páginas WEB das empresas portuguesas*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.

BRAAM, G.; WEERD, L.; HAUCK, M.; HUIJBREGTS, M. (2016): “Determinants of corporate environmental reporting: the importance of environmental performance and assurance”, *Journal of Cleaner Production*, April.

BRANCO, M.; RODRIGUES, L. (2008): “Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies”, *Journal of Business Ethics*, 84, pp. 497-527.

CAREY, P.; SIMNETT, R.; TANEWSKI, G. (2000): “Voluntary demand for internal and external auditing by family businesses”, *Auditing - A Journal of Theory of Practice*, 19, pp. 37-51.

CHAN, C.; WATSON, J.; WOODLIFF, D. (2013): “Corporate governance quality and CSR disclosures”, *Journal of Business Ethics*, 28(3), pp.1-15.

CHAU, G. K.; GRAY, S. J. (2002): “Ownership structure and corporate voluntary disclosure in Hong Kong and Singapore”, *The International Journal of Accounting*, 37, pp. 247-265.

CHOW, C.W. (1982): “The demand for external auditing: Size, debt and ownership influences”, *The Accounting Review*, 57 (2), pp. 272-291.

DAMAK-AYADI, S. (2004): *La publication des rapports sociétaux par les entreprises françaises*. Thèse de Doctorat, Université de Paris Dauphine.

DE ANGELO, L. (1981): "Auditor size and audit quality", *Journal of Accounting and Economics*, 3, pp. 183-199.

DEEGAN, C. (2002): "The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 15(3), pp. 282-311.

DEPOERS, F. (2000): "A cost-benefit study of voluntary disclosure: Some empirical evidence from French listed companies", *The European Accounting Review*, 9 (2), pp. 245-263.

DOMINGOS, R. M. (2010): *A evolução da divulgação voluntária de informação nas empresas cotadas na Euronext Lisboa do ano de 2006 a 2008*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

FAISAL, F.; TOWER, G.; RUSMIN, R. (2012): "Legitimising corporate sustainability reporting throughout the world", *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 6(2), pp. 19-35.

FREITAS, L. R. (2013): *Comparação das funções de ligação logit e probit em regressão binária considerando diferentes tamanhos amostrais*. Dissertação de Pós-graduação, Universidade Federal de Viçosa.

GARCÍA-BENAU, M.; SIERRA-GARCÍA, L.; ZORIO, A. (2012): "La verificación de la memoria de sostenibilidad en un contexto europeo", *Revista de Globalización, Competitividad y Gobernabilidad*, 6(2), pp. 66-80.

GILLET, C.; MARTINEZ, I. (2010): "La vérification des informations sociétales: L'influence de la structure de propriété et du CA", *XXXI^{ème} Congrès de l'Association Francophone de Comptabilité*. Nice.

GOMES, S. (2012): *Auditoria aos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas – uma visão sobre o estado da arte e a percepção dos Revisores Oficiais de Contas*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria

HASAN, M; MAIJOOR, S.; MOCK, T., J.; ROEBUCK, P.; SIMNETT, R.; VANSTRAELEN, A. (2005): "The different types of assurance services and levels of assurance provided", *International Journal of Accounting*, 9, pp. 91-102.

HERDA, D.; TAYLOR, M. (2009): "A worldwide comparison of assurance on corporate social responsibility reports: Are audit firms willing to sustain this line of service?", *Annual Conference Awards, American Accounting Association Southwest Region*. Dallas, Texas.

INTERNATIONAL AUDITING AND ASSURANCE STANDARDS BOARD - IAASB (2013): *Final Pronouncement - International Standard on Assurance Engagements - ISAE 3000 (Revised), Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information International Framework for Assurance Engagements and Related Conforming Amendments*. New York: IAASB.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL - IIRC (2013): "The International <IR>Framework". <<http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>>.

KLEIN, B.; LEFFLER, K. B. (1981): "The role of market forces in assuring contractual performance", *The Journal of Political Economy*, 89(4), pp. 615–641.

KOLK, A.; PEREGO, P. (2010): "Determinants of adoption of sustainability assurance statements: An international investigation", *Business Strategy and the Environmental*, 19 (3), pp. 182-198.

KPMG (2011): "KPMG International survey of corporate responsibility reporting 2011". Netherlands. <<http://www.kpmg.com/US/en/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/Documents/corporate-responsibility-reporting-2011.pdf>>.

LOCK, I.; SEELE, P. (2016): "The credibility of CSR (corporate social responsibility) reports in Europe. Evidence from a quantitative content analysis in 11 countries", *Journal of Cleaner Production*, pp.186-200.

MAROCO, J. (2011): *Análise estatística com o SPSS statistics*. 5ª Edição, Lisboa: Pero Pinheiro.

MATOS, M; GOIS, C. (2013): "Características do conselho de administração e divulgação de responsabilidade social corporativa: Estudo das empresas cotadas na bolsa de valores de Lisboa", *Revista Gestão, Finanças e Contabilidade*, 3(2), pp. 3-23.

O'DWYER, B.; OWEN, D. L. (2005): "Assurance statement practice in environmental, social and sustainability reporting: A critical evaluation", *The British Accounting Review*, 37, pp. 205-229.

OXIBAR, B. (2003): *La diffusion d'informations sociétales dans les rapports annuels et les sites internet par les entreprises françaises*. Thèse de Doctorat, Université de Paris Dauphine.

RAHMA, D.; ANIS, J. (2014): "Social disclosure: What are the main explanatory factors? An empirical test in the Tunisian context", *International Journal of Accounting and Economics Studies*, 2(1), pp. 34-39.

RIVIÈRE-GIORDANO, G. (2007): "Comment crédibiliser le reporting sociétal?", *Comptabilité, Contrôle, Audit*, 13(2), pp.127-148.

SHELDON, M. (2016): *User Perceptions of CSR Disclosure Credibility with Reasonable, Limited and Hybrid Assurances*. PhD final thesis. Faculty of the Virginia Polytechnic Institute.

SIERRA, L.; ZORIO, A.; GARCÍA-BENAU, M. A. (2013): "Sustainable Development and Assurance of Corporate Social Responsibility Reports Published by Ibex-35 Companies", *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(6), pp. 359-370.

SIERRA-GARCÍA, L.; GARCÍA-BENAU, M.; ZORIO, A. (2014): "Credibilidad en latinoamérica del informe de responsabilidad social corporativa", *Revista de Administração de Empresas*, 54(1), pp. 28-38.

SIMNETT, R.; VANSTRAELEN, A.; FONG CHUA, W. (2009): "Assurance on sustainability reports: An international comparison", *The Accounting Review*, 84 (3), pp. 937-967.

VAZ, N.; RUIZ, S.; FERNÁNDEZ-FEIJÓO, B. (2012): "España en el GRI: Empresas que comunican y empresas que verifican", *Revista del Instituto Internacional de Costos*, Edición Especial, pp. 156-169.